

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRELIZE APARECIDA WOSCH

A TRAJETÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL

CURITIBA

2015

ANDRELIZE APARECIDA WOSCH

A TRAJETÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profa. Dra. Denise Maria Maia.

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRELIZE APARECIDA WOSCH

A TRAJETÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca orientadora:

Orientadora:

Profa. Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dayani Cris de Aquino
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 01 de Dezembro de 2015.

Dedico este trabalho à minha mãe Janete.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por não ter me deixado desistir mesmo nos momentos mais difíceis.

Tenho muito a agradecer a meus pais, por todo o apoio, por todo o esforço deles para me dar o necessário para que eu pudesse seguir com meus estudos.

A minha irmã, muitas vezes muito mais que uma irmã, uma companheira e confidente.

A meu noivo por toda compreensão e por sempre estar do meu lado.

E principalmente a minha orientadora, por toda a dedicação e por acreditar em mim.

RESUMO

O presente trabalho identifica as mudanças históricas ocorridas no cenário das relações de trabalho no Brasil. Destaca os principais elementos econômicos e sociais que pressionam o mercado de trabalho atual com a finalidade de compreender quais foram as principais mudanças ocorridas nas relações de trabalho no decorrer da história brasileira. É realizado um breve apanhado histórico para contextualizar as relações de trabalho escravo e as relações de trabalho assalariado. No cenário atual são apresentadas as principais pressões sociais e econômicas que podem reconfigurar as relações de trabalho levantadas por Pochmann, complementadas com alguns dados estatísticos disponíveis no sistema de dados do IBGE e na publicação do Centro de Altos Estudos Brasil séc. XXI. Ao final considera-se o duplo desafio brasileiro, ou seja, corrigir os problemas históricos de desenvolvimento econômico, bem como tratar os novos elementos que pressionam o mercado de trabalho atual.

Palavras-chave: Trabalho. Relações de Trabalho. Brasil.

ABSTRACT

This work identifies the historical changes that happened inside the scenario of Brazil's work relations and highlights the main economic and social elements that pressure the actual workplace Market to provide a deep understanding of these historical changes over the years. It has a brief historical resume to contextualize slave work relations and paid work. On the actual scenario it is shown the main social and economic pressures that can reconfigure the work relations appointed by Pochmann, complemented with a couple statistic data available on IBGE and publishes from Centro de Altos Estudos Brasil 21st Century. At the end, we consider this double brazilian challenge, that is fix the historical issues of economic developepoment as well as treat the new elements that pressure the actual workplace Market.

Key-words: Work. Work relations. Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Participação da agricultura e da indústria no PIB (1908 – 1947)	20
GRÁFICO 2 – Taxas anuais médias de crescimento por setores da economia (1901-1947)	20
GRÁFICO 3 – Índice de GINI e Participação do rendimento do trabalho (em %)	22
GRÁFICO 4 – Brasil - Corrente de Comércio Exterior (US\$ Bilhões)	31
GRÁFICO 5 – Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões)	31
GRÁFICO 6 – Composição das exportações (% do total)	32
GRÁFICO 7 – Taxa de Desemprego Aberto das Regiões Metropolitanas (Média 30 dias)	33
GRÁFICO 8 – Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego (Milhões de habitantes)	33
GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por setor	34
GRÁFICO 10 – Comparação PIB vs. Taxa de desemprego aberto	36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Pessoal ocupado e número de estabelecimentos na agropecuária e na indústria, nas datas dos censos agropecuário e industrial - 1920-60	21
TABELA 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio – 2014 ..	39
TABELA 3 – Evolução dos empregos públicos por natureza jurídica Brasil - 2000 a 2009	40

LISTA DE SIGLAS

CLT	- Consolidação das Leis Trabalhistas
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PEA	- Pessoas Economicamente Ativas
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAD	- Pesquisa Nacional de Amostras em Domicílios

LISTA DE ABREVIATURAS

Dr.	- Doutor
Dra.	- Doutora
ed.	- Editora
f.	- folha
p.	- página
Prof.	- Professor
Profa.	- Professora
Séc.	- Século
v.	- volume

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O TRABALHO NO BRASIL	14
2.2	CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	14
2.2.1	As relações de trabalho forçado e servil.....	15
2.2.3	O trabalho assalariado no Brasil, da industrialização à modernização	19
3	OS EFEITOS DAS PRESSÕES <i>INFRATRABALHO</i> E <i>SUPRATRABALHO</i> NA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	28
3.1	A Globalização.....	29
3.2	O crescimento econômico e demográfico	35
3.3	Aspectos da família brasileira e o papel econômico da mulher na Sociedade	36
3.4	O papel do Estado na Economia	40
4	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Quando o assunto é mercado de trabalho e relações de trabalho no Brasil, não é difícil encontrarmos constantemente pessoas, meios de comunicação, figuras públicas e empresas falando sobre as limitações e instabilidades do mercado de trabalho brasileiro, principalmente em períodos onde a economia brasileira encontra-se em recessão ou em mudança política. Mas quais são os elementos que influenciam as relações de trabalho no país na atualidade? De que forma eles podem estar impactando a taxa de desemprego nacional? E ainda, será que se a nossa história, da maneira como aconteceu, é um elemento a ser considerado nesta equação? Será que ainda temos fantasmas do passado que ancoram nosso desenvolvimento?

Este estudo tem por objetivo, discutir o trabalho e apresentar as principais mudanças nas relações de trabalho desde o período de colonização brasileiro até os dias atuais, buscando fatos históricos que foram prejudiciais e benéficos ao desenvolvimento do mercado de trabalho e das relações trabalhistas no país. Além disso, é dado uma atenção maior ao cenário atual frente as mudanças sociais, econômicas e políticas que estão pressionando tanto a oferta quanto a demanda de mão de obra nacional, segundo as premissas levantadas por Pochmann (2009).

Primeiramente, será realizado um breve apanhado histórico abordando a economia e as relações de trabalho no Brasil, dividido em dois períodos: as relações de trabalho servil e forçado e as relações de trabalho assalariado frente aos diferentes cenários econômicos desde 1930 até os dias atuais.

No segundo momento, é apresentado as principais premissas da teoria sobre as pressões de *infratrabalho* e *supratrabalho* na economia brasileira (POCHMANN, 2009). São abordados os conceitos de pressão demográfica, distribuição de renda, globalização, mudança na estrutura familiar e maior participação feminina no mercado de trabalho, assim como a importância do papel do Estado como agente ativo na economia e sua influência negativa ou positiva para o mercado de trabalho.

De maneira conclusiva, são levantadas quais as pressões que estão impactando as relações de trabalho no Brasil e pressionando a taxa de desemprego nacional. São abordados também, os principais problemas históricos referentes ao mercado de trabalho que ainda estão presentes no contexto atual, e que de alguma maneira, são prejudiciais ao avanço das relações de trabalho no Brasil.

2 O TRABALHO NO BRASIL

Um tema muito abordado na atualidade tanto nas mídias sociais como nos debates políticos e educacionais, diz respeito ao comportamento das relações de trabalho no Brasil e suas influências sociais. Com frequência as relações de trabalho são apresentadas como possíveis justificativas para as variações nas taxas de desemprego no país juntamente com as variações na conjuntura econômica. Mas será que esta afirmação é coerente? Será que o nível de emprego no país está apenas relacionado a baixa dinâmica econômica dos últimos meses ou outros fatores econômicos e sociais podem estar pressionando nosso mercado de trabalho?

É claro que estas indagações não poderão ser respondidas com exatidão de um matemático, uma vez que precisaríamos entender e registrar todas as situações vivenciadas pela população para uma afirmação de tamanha magnitude. Porém, muitos economistas e estudiosos, já apontam possíveis mudanças sociais e econômicas que precisam de atenção no que correspondem as necessidades de emprego e mão de obra no país.

O que vamos abordar no âmbito deste estudo, é como as relações de trabalho estão se reconfigurando com o desenvolvimento econômico do Brasil. Além disso, é pretendido citar possíveis mudanças de comportamentos sociais e econômicos muito relevantes para uma análise das relações de trabalho na economia brasileira, possíveis de acarretar pressões sobre os níveis de emprego na atualidade.

Com base nas ideias apresentada por Pochmann (2009), é realizado um breve apanhado contextual apontando os possíveis comportamentos sociais, econômicos e políticos que estão intensificando as mudanças nas relações de trabalho e pressionando a taxa de desemprego da economia brasileira atual. Para isso, vamos utilizar dados econômicos e sociais relacionados à renda, população, relações de trabalho, atividade econômica etc., assim como realizar um breve apanhado histórico das relações de trabalho para facilitar a contextualização do atual cenário de emprego no país.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Para compreender com mais clareza o contexto histórico das relações de trabalho, é importante primeiramente entender qual o conceito que será usado neste estudo sobre relações de trabalho no Brasil. Este conceito que muito se modificou na história das civilizações, passando da ideologia de uma relação de punição e aprisionamento para uma ideologia de enriquecimento humano.

Compreende-se neste estudo como relação de trabalho, todo e qualquer relação entre indivíduos que desempenham um papel na sociedade responsável por gerar ou acumular riquezas ou por subsistência. Sejam elas relações formais, informais, forçadas, não remuneradas ou remuneradas.

2.2.1 As relações de trabalho forçado e servil

O Brasil desde sua descoberta, sofre o retardo do desenvolvimento econômico ocasionado pelo episódio de expansão comercial da Europa. Seu desenvolvimento é reduzido à uma ínfima parcela de crescimento alavancada principalmente pela exploração das riquezas naturais e pela necessidade de ocupação territorial (FURTADO, 2007, p.25-30).

As relações de trabalho naquele período muito dependiam das necessidades impostas pelos países colonizadores. Num primeiro momento de ocupação do território brasileiro, o interesse pela exploração das riquezas naturais foi a principal atividade exercida no Brasil colônia. Pouco era preciso despende de força de trabalho, salvo alguns povos nativos que foram escravizados e alguns representantes dos países colonizadores para controle da mão de obra escrava nas atividades extrativistas.

Quando foi dada maior importância à terra e suas qualidades de cultivo e clima, o interesse levantado com a economia agrícola nos países colonizados, acarretou na necessidade de um incremento da força de trabalho local para trabalhar nas lavouras. Houve também um aumento da população colonial para controle das atividades agrícolas e o surgimento de uma população destinada a atender as novas demandas locais (pequena burguesia). Neste período a mão de obra necessária para a agricultura veio da mão de obra escrava vinda do comércio de povos africanos. Segundo Furtado (2007) o trabalho escravo foi uma peça fundamental para a viabilidade de uma economia agrícola no Brasil. Em suas palavras: “Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão de obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável.” (FURTADO, 2007, p.35).

As relações de trabalho do período escravista, nada tinham de benéficas aos escravos. Com jornadas de trabalho de 14 à 16 horas no período de colheita, com alimentação e vestimenta precárias, condições sanitárias péssimas que os deixavam suscetíveis a várias doenças endêmicas, este povo vivia amontoado em senzalas e tinham sua vida útil estimada em sete a dez anos. Vistos como mercadorias, as leis brasileiras e portuguesas os reprimiam de quaisquer direitos, como a própria educação, assim como nada faziam em relação à violência

que este povo sofria frente aos seus proprietários. O que restava a esta classe, era a forte resistência à submissão ou a fuga dos locais de trabalho (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.9-12).

As transformações políticas e econômicas dos séculos XVII e XVIII que aconteceram na Europa foram fundamentais para a mudança de cenário das colônias na América. Primeiramente vem o interesse de Inglaterra e França das terras ocidentais e nos potenciais mercados consumidores, que seriam fundamentais para a viabilidade da Revolução Industrial que estava se iniciando nestes países, sobretudo na Inglaterra. Era de extrema importância que dois elementos fossem priorizados para que as atividades econômicas manufatureiras prosperassem, são eles: a manutenção das matérias primas necessárias em abundância para suprir as necessidades da produção das manufaturas e o mercado consumidor para adquirir os produtos manufaturados. (REZENDE, 2008, p.138-144).

Era de se esperar que o Brasil fosse uma peça muito cobiçada deste período, primeiramente pelo grande contingente territorial e pela forte presença da agricultura para abastecer os países em fase de industrialização. Mas o que falar em relação ao mercado consumidor? Uma vez que a principal relação de trabalho era originalmente escrava e não deliberava nenhum capital ao trabalhador, grande parte da população brasileira não estava disponível economicamente para absorver o aumento da produção das manufaturas dos países em industrialização. A Inglaterra que fora pioneira no processo industrial, passa a desempenhar um intenso processo de liderança frente aos demais países da Europa. Essa liderança inglesa lhe permite uma abertura comercial forte seja nos países europeus ou em suas colônias, assim como uma importância de cunho político e econômico, dado que muitos países da Europa buscavam ajuda financeira e proteção bélica aos ingleses e a estes estavam interligados. Esse fato é de extrema importância quando a Inglaterra, no século XIX, passa a exigir o fim dos trabalhos escravos e a independência dos países colonizados, incluindo o Brasil.

Esses fatos podem ser facilmente concluídos, uma vez que durante o período áureo, foram diversas as formas de tratados e acordos assinados entre Brasil, Inglaterra e Portugal com a finalidade de impedir o tráfico de escravos e libertar os povos que aqui já estavam. (MENEZES, 2009).

Mas para o Brasil, a diminuição do tráfico de escravos significou uma crise de mão de obra intensa, não somente explicada pela diminuição do tráfico de escravos africanos, mas também, pela taxa de natalidade muito inferior a taxa de mortalidade dada as péssimas

condições de subsistência deste povo. Uma saída para a escassez de mão de obra na época foi utilizar um método já muito bem conhecido pelos europeus: o sistema de economia de subsistência. Furtado (2008) explica:

Se bem que a unidade econômica mais importante da economia de subsistência fosse realmente a roça, do ponto de vista social a unidade mais significativa era a que tinha como chefe o proprietário das terras. A este interessava basicamente que o maior número de pessoas vivesse em suas terras, cabendo a cada um tratar de sua própria subsistência. Dessa forma o senhor das terras, no momento oportuno, poderia dispor da mão de obra de que necessitasse. (FURTADO, 2008, p.178).

E com este sistema em mente, vendo os satisfatórios resultados que as imigrações europeias estavam trazendo aos Estados Unidos da América, fez com que o governo imperial iniciasse uma busca por imigrantes europeus para virem ao Brasil. Contudo o que pouco fora abordado, é que para os europeus, o Brasil não passava de um país escravista, e as relações de trabalho frente aos imigrantes, logo foram muito indagados. Em 1867, um observador alemão, destacava as relações de trabalho nas lavouras de café no Brasil, em relação a utilização de mão de obra imigrante europeia, como uma escravidão forçada. (FURTADO, 2007, p.185).

Com o cenário de falta de força de trabalho agravando-se cada vez mais, uma mudança foi muito importante para que a imigração europeia fosse vista de uma forma mais atraente por volta de 1860. A forma de remuneração do colono foi extremamente importante, este que na proposta anterior não tinha nenhuma certeza exata do retorno que seu trabalho daria, pois, o retorno desde dependeria de quanto a colheita do senhor da terra fosse satisfatória, passaria a receber um valor anual exato sobre seu trabalho. Surge assim uma das primeiras modalidades de trabalho assalariado no país. (FURTADO, 2008, p.186).

Outro fato muito relevante referente à imigração europeia nos períodos posteriores à 1860, mas especificadamente na primeira metade do séc. XX, foi a eclosão das duas grandes Guerras Mundiais ocorridas na Europa. Uma grande parcela populacional dos países europeus acabou buscando refúgio nos países ocidentais, incluindo o Brasil. Este fato deve ser muito bem visto pelos olhos brasileiros uma vez que esse povo trouxe em sua bagagem forte conhecimento técnico e industrial dos países onde moravam. Estes conhecimentos são extremamente úteis a partir de 1930, quando o Brasil entra efetivamente em uma fase de industrialização nacional.

Mas qual a importância para o contexto atual das relações de trabalho no país buscar dados tão longínquos de nossa história? É importante abordar as condições de trabalho que a população escrava e os imigrantes estavam submetidos, pois apesar de décadas de

desenvolvimento, atualmente este cenário continua presente em nosso país. Em uma reportagem de Thiago Reis em maio de 2014 publicado no site G1 ele afirmava:

Mais de 125 anos após a abolição da escravidão, o Brasil ainda combate uma versão moderna do tipo de trabalho forçado. Mais de 2 mil pessoas são libertadas todos os anos no país em condições análogas a de escravos. (REIS, 2014).

Embora existissem diversas manifestações sociais e denúncias relacionadas as atividades com condições análogas a escravidão em pleno séc. XX, foi apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995 que a questão do trabalho escravo contemporâneo foi formalmente reconhecida por uma autoridade pública no Brasil, quando em uma transmissão de rádio ao vivo, Fernando Henrique Cardoso reconheceu a existência desta prática no país e o tema passou a fazer parte das pautas governamentais. O marco para que o governo reconhecesse a fragilidade brasileira na proteção do trabalhador, ficou conhecida como o “*caso José Pereira*”. Um trabalhador escravizado em uma fazenda no interior do Pará, que consegue fugir e denunciar a situação precária que ele e outras 60 pessoas viviam no local. O caso foi julgado na Corte Internacional de Justiça durante 9 anos desde 1994 e o Brasil acabou punido por violar a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) ao não cumprir o seu dever de proteger seus trabalhadores. (ROCHA; BRADÃO, 2003, p.199).

Mesmo não sendo mais visível a existência de senzalas e açoites, o que vemos são condições de trabalho muito similares as da escravidão dos primeiros séculos de história do Brasil. O retrato atual nos mostra a existência de castigos físicos, ameaças de morte, jornadas de trabalho superiores a 12 horas diárias, alojamentos sem condições sanitárias, sem alimentação ou água potável. A existência de endividamento da pessoa nessas condições de trabalho frente a seu empregador a fazem aceitar estas condições de trabalho. Muitos podem crer que este cenário seja típico de relações rurais de servidão, mas o que se configurou no período contemporâneo, foi a existência destas condições de trabalho inclusive na zona urbana. Segundo Reis (2014), foram mais de 46 mil trabalhadores libertos desde 1995, sendo que 56% destes trabalhadores estavam em áreas urbanas.

Seria um equívoco deixar de enfatizar neste ponto, como é possível pensar em políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho se, ainda é possível encontrar condições extremamente precárias de relação de trabalho, se assim podemos intitular este desrespeito ao ser humano e seus direitos constitucionais. A um país, onde os olhos internacionais nunca deixaram de desviar a atenção, uma medida estatal rigorosa de combate a esta modalidade de

escravidão contemporânea se faz necessária e incontestável para que o povo brasileiro ou qualquer residente deste país sinta-se respeitado.

2.2.3 O trabalho assalariado no Brasil, da industrialização à modernização

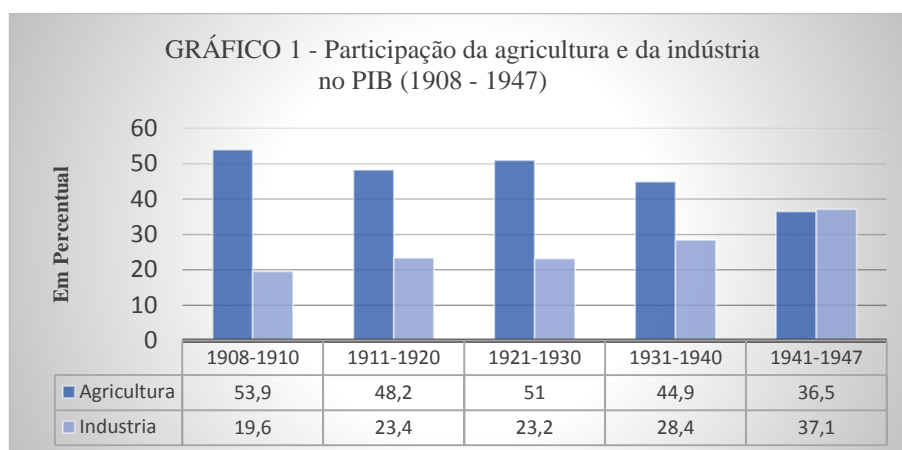
Embora tivesse ocorrido conforme as próprias palavras de Bresser Pereira (2003, p. 42): “um surto industrial no final do séc. XIX”, é apenas em 1930 que o Brasil passa efetivamente a dar início ao seu desenvolvimento industrial. Dois fatores foram primordiais para possibilitar esse fenômeno: A Grande Depressão Mundial de 1929 e a Revolução de 1930, responsável por tirar do poder político brasileiro a oligarquia agrário-comercial instalada desde a Proclamação da República e instaurar um governo da classe média emergente. Com a classe média no poder, era necessário buscar aliados fortes para sustentar a ideia de crescimento econômico. Logo, viu-se necessário criar alguns favorecimentos a estes grupos aliados: ao proletariado urbano foi criado uma extensa legislação trabalhista; à classe média foi beneficiada com cargos públicos; e os empresários industriais tiveram pela primeira vez, uma maior colaboração do governo com políticas nitidamente industrializantes. (BRESSER PEREIRA, 2003 p.43).

No Governo de Getúlio Vargas em 1930 é criado o Ministério do Trabalho e com ele as primeiras leis trabalhistas. Ocorre neste período: o aprimoramento dos sindicatos, a criação de órgãos de proteção ao trabalho como as Comissões Mistas, Juntas de Conciliação, Inspetorias Regionais, Justiça do Trabalho, Conselhos Regional e Nacional do Trabalho. Assim como foi dada maior importância à previdência social e a proteção do trabalho tanto aos trabalhadores assalariados, as mulheres e aos menores de idade. Segundo Ana Patrícia dos Anjos Souza (2005):

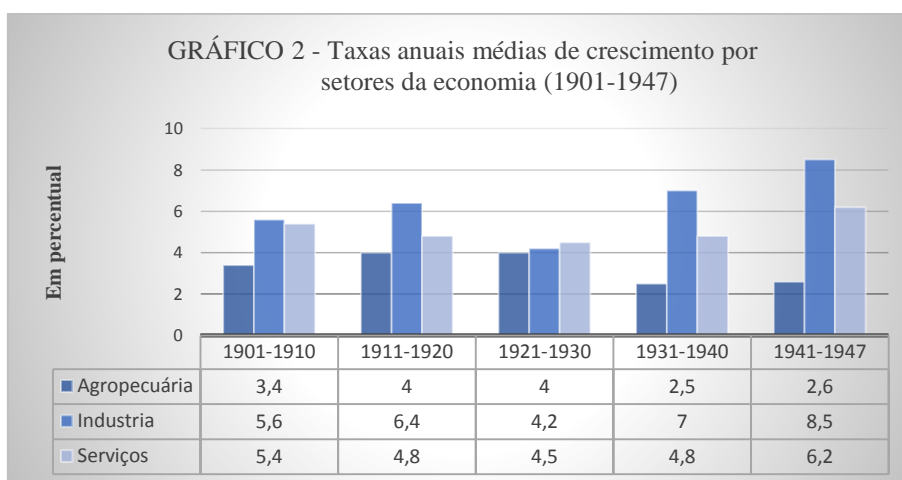
Todo o aparato legal destinado ao trabalhador urbano foi respaldado na Constituição de 1934 definindo o campo dos direitos que passaram a ser assegurados ao povo brasileiro, destacando a legislação trabalhista, a regulamentação do trabalho feminino e dos menores no âmbito industrial, o salário mínimo, o repouso remunerado, a fixação da jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas, regulamentação especial para o trabalho agrícola, amparo aos desvalidos, amparo à maternidade e à infância, direito à educação primária integral e gratuita. (SOUZA, 2005 p.2).

O novo contexto econômico do Brasil é fundamental para as mudanças nas relações de trabalho do país. Segundo os dados estatísticos apresentados pela autora Magda Barros Biavaschi (2005), é possível ter uma percepção melhor das relações econômicas deste período e do desenvolvimento industrial incipiente.

É possível notar que a participação no PIB brasileiro do setor industrial passa de 23,2% no decênio de 1921 a 1930 para 37,1% nos anos de 1941 a 1947. A taxa de crescimento anual do setor industrial também apresenta um crescimento considerável no mesmo período, passando de 4,2% para 7,0%, demonstrando o quão importante foi a intervenção do estado no setor para fomentar seu desenvolvimento.



FONTE: Adaptada de BIAVACHI (2005)



FONTE: Adaptada de BIAVACHI (2005)

Outro dado estatístico de 1920 a 1960 e apresentado pela autora, mostra o aumento da população nas atividades industriais de mais de seis vezes o volume de 1920, passando de pouco mais de 275 mil trabalhadores na indústria neste ano para mais de 1.799 mil em 1960. (BIAVACHI, 2005 p.113).

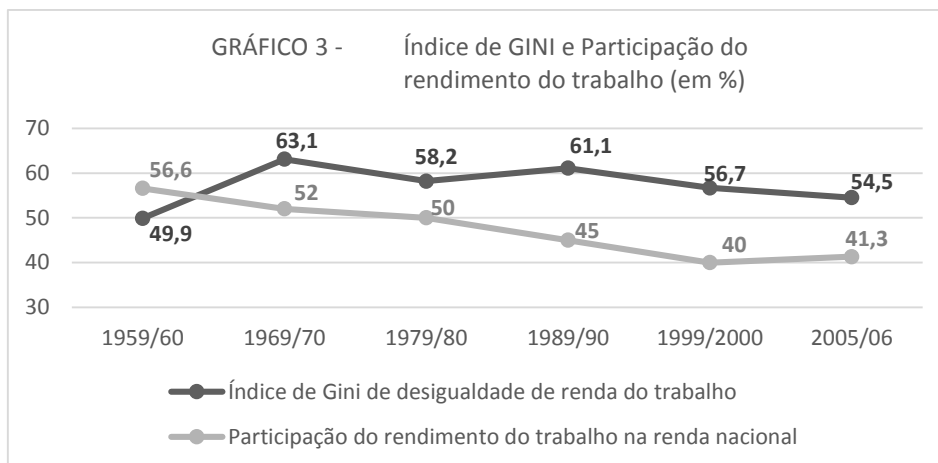
TABELA 1 - Pessoal ocupado e número de estabelecimentos na agropecuária e na indústria, nas datas dos Censos agropecuário e industrial - 1920-60

Ano	Indústria		Agropecuária	
	Pessoal ocupado	Número de Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Número de Estabelecimentos
1920	275.512	13.336	6.312.323	648.153
1940	851.755	43.250	11.343.415	1.904.589
1950	1.346.423	83.703	10.996.834	2.064.642
1960	1.799.376	110.771	15.633.985	3.337.769

FONTE: Adaptada de BIAVACHI (2005)

O modelo econômico brasileiro, com base na preservação do trabalho assalariado e na intervenção estatal, consegue prosperar por pelo menos 30 anos. Conforme Pochmann (2010, p.17) relata, nos anos de 1940 e 1970, a cada 4 postos de trabalho criados no Brasil, 3 eram trabalhos assalariados e 70% destes eram formalmente registrados.

Segundo Pochmann (2010), mesmo o país apresentando um crescimento econômico considerável neste período, o mesmo não foi suficiente para garantir o bem-estar social, a redução da pobreza e a homogeneização das desigualdades sociais. O que se presenciava era o aumento considerável dos centros urbanos e da população assalariada, sem que houvesse uma melhoria nas condições sociais ou reformulação agrária. O financiamento do setor social de saúde, educação, previdência e assistência era sustentada por uma perversa rede tributária alicerçada nos baixos salários formais. Sobretudo, não podemos deixar de destacar que durante os primeiros anos após 1930, a consolidação do salário mínimo alcançou um poder de compra satisfatório em comparação aos períodos de tempo anteriores e a distribuição de renda apresentou níveis melhores. É possível notar no gráfico abaixo, que de 1945 a 1964 o índice de Gini encontrava-se próximo a 0,5 e o rendimento do trabalho representava quase 57% da renda nacional.



FONTE: Adaptada de POCHMANN (2010)

Essa trajetória tomou caminhos inversos logo no início do regime militar de 1964 a 1985, quando já eram notáveis a redução do poder de compra e o aumento das desigualdades de renda no país. O que foi visto, foi o aumento do índice de Gini para 0,6 e redução do rendimento do trabalho frente a renda nacional para 50%. É possível identificar que o trabalho sindical, pouco pode atuar devido as práticas antissindicalistas do período. Sem acordos coletivos que pudessem garantir uma atualização dos salários mínimos ou outras políticas sociais de maneira mais eficaz como eram vistos nos países onde o desenvolvimento econômico industrial fora mais precoce, foi necessário atuar com base na legislação trabalhista para garantir níveis mínimos de ajuste salarial, criação do 13º salário, seguro desemprego ou redução da jornada de trabalho. (POCHMANN, 2010, p.21-22).

Foi através da Constituição Federal de 1988 que o país pode novamente presenciar algumas melhorias no contexto da seguridade social. É deste período que surgem as políticas de seguro desemprego, acréscimo de um terço do salário de férias, redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, direito a greve e maior autonomia dos sindicatos, além da melhoria da saúde no país, ampliando o atendimento público de saúde. Não mais apenas aos assalariados formais se beneficiavam com o atendimento público de saúde, mas ampliando-se para toda massa populacional, dando início ao SUS. (POCHMANN, 2010, p.25).

Porém, de pouca valia estas mudanças, uma vez que havia limitações ao acesso dos direitos sociais e trabalhistas da população dada a estagnação econômica que passou a vigorar na época. Nas palavras do autor:

Mas as restrições ao crescimento da economia nacional terminaram por impor limitações de acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Com a difusão do desemprego

e das ocupações precárias, ampliaram-se as vulnerabilidades da população inserida no mercado de trabalho. (POCHMANN, 2010 P.26).

Em todo este processo de industrialização brasileira, a inflação foi uma peça constante de todo o período e, segundo o autor Bresser Pereira (2003), teve um caráter muito mais positivo do que negativo no processo de desenvolvimento do país principalmente no período que antecede 1980. A inflação funcionava como uma válvula de escape, financiando os gastos do governo com as despesas e investimentos da intervenção estatal. Para o autor, tanto no ponto de vista estruturalista, onde a inflação seria a causa de uma inelasticidade da oferta em certos setores da economia acompanhada de uma demanda aquecida, quanto do ponto monetarista neoclássico, onde a inflação seria a consequência das emissões de moeda para financiamento dos gastos do governo, esta foi fundamental neste período para não sobrecarregar a parcela da população participante do mercado interno com o aumento das cargas tributárias.

Após cinco décadas subsequentes a 1930 (considerados anos de ouro para a economia nacional, mesmo em um cenário político de autoritarismo), a crise no cenário mundial em 1980 e a dependência brasileira devido ao endividamento externo, culminaram em uma severa crise político-econômica em 1979 no país. Mesmo após o fim do autoritarismo militar, a economia brasileira encontrava-se num cenário de alta inflação, endividamento externo e forte desequilíbrio fiscal, inaugurando consequentemente uma longa fase de estagnação econômica que perdurou até os anos de 1990. (GIAMBIAGI, 2005 p.94).

Segundo Mendonça (2003, p.3), com o aumento da população economicamente ativa (PEA) decorrente do crescimento demográfico de 1970 e o cenário econômico de estagnação, o decênio de 1980 foi marcado pela presença do poder estatal na criação de emprego no setor público, que seguiu a queda no nível de emprego nos primeiros anos desta década. Porém, em 1989 a desestruturação do mercado de trabalho já era muito eminente. A fase que se inicia em 1990, tem três indicadores destacados pelo autor, o aumento do desemprego, o crescimento das formas de trabalho mais precárias como a informalização (trabalho autônomo) e o assalariamento sem registro em carteira e a queda no rendimento do trabalho. Segundo Pochmann (2010), esta fase de neoliberalismo foi marcada pela submissão do Estado ao regime de ajuste fiscal, contingenciando os gastos públicos, ondas de privatização do setor produtivo estatal e elevação da carga tributária. Estes fatores fizeram com que a desigualdade no nível de renda medido pelo índice de Gini ficasse em torno de 0,6 enquanto o rendimento do trabalho caía para 40% da renda nacional.

Mendonça (2003) também destaca a dificuldade de sobrevivência do setor industrial frente a abertura comercial e financeira a competição externa. Uma vez que era esperado um choque de produtividade que acarretaria no aumento da oferta de emprego no setor, o que realmente foi visto foi o ajuste defensivo das empresas reduzindo empregos e custos salariais. Acumulando também ao fato da atuação do investimento público reduzida dado as políticas de ajuste das contas públicas, era inevitável a redução significativa nos postos de trabalho, principalmente os postos de trabalho formais do setor industrial.

Segundo a ideologia neoliberalista que prevaleceu neste período, o que foi creditado à economia, foi que a raiz dos problemas econômicos brasileiro não estavam na forte dependência externa e no grau elevado de endividamento externo, nem na deterioração dos preços dos produtos locais no mercado internacionais. O problema fundamental estava em fatores internos, como a má eficiência da máquina pública, na existência de empresas estatais que desestimulavam a livre concorrência, no mercado fechado e protecionista e na inflação desregulada. (MARIANI, 2007, p.6).

Passados alguns anos de governo sob esta doutrina, podemos notar alguns fatores positivos e outros negativos de sua aplicação. Em caráter positivo tivemos o controle da inflação que predominou no Brasil durante décadas, tivemos a redução dos déficits governamentais e aumento da competitividade empresarial, além de uma modernização industrial. Porém em caráter negativo, vemos o aumento com gastos governamentais em previdência e assistências aos desempregados, assim como ocorreu a queda no investimento industrial frente a explosão do mercado de transações monetárias/financeiras no mercado mundial, congelamento e redução dos salários reais, aumento da massa de desempregados (visto pelos neoliberais como aspecto positivo devido a necessidade de uma reserva de mão de obra para contenção dos salários), assim como uma perda de estimulação da indústria brasileira perante o confronto com o mercado externo dado a abertura comercial. (MARIANI, 2007).

Uma mudança no cenário nacional neste período, merece nosso destaque. Dada a abertura comercial, e o remodelamento produtivo do setor industrial, que precisou investir em melhoria tecnológica e aumento da produtividade. Nota-se nos anos 90 um crescimento da taxa de desemprego no setor industrial, contudo, também é destacável a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores que permaneceram nas indústrias neste período, possivelmente causado pela reestruturação das relações de trabalho e pela busca por trabalhadores mais capacitados frente aos avanços tecnológicos. Outro fator muito importante é o aumento da participação dos setores de comércio e serviços, que a partir da segunda metade da década de noventa já era capaz de

absorver uma parcela maior de empregados que a taxa de desemprego do setor industrial, o que segurou a taxa de desemprego da economia brasileira a níveis mais estáveis. (NERI et al. 2000, p.1-16).

O século XXI se inicia com um novo modelo econômico denominado social-desenvolvimentista, que embora caracterizado pelo retorno da intervenção estatal na resolução de problemas, era pouco similar ao modelo nacional-desenvolvimentista de 1930/70. As mudanças mais significativas, estão no relacionamento internacional, dado a passagem da economia brasileira de um país devedor internacional para credor, assim como o aumento do fundo soberano brasileiro de reservas internacionais. Como também na diversificação dos parceiros econômicos, reduzindo o peso das exportações aos países ricos. Outro fator estrutural está na retomada por parte do Estado nas políticas voltadas a distribuição de renda e retomada do crescimento do trabalho assalariado formal no Brasil. (POCHMANN, 2010, p.46).

Pochmann (2010, p.46) destaca três movimentos importantes para as políticas de retomada do crescimento econômico: A elevação do investimento público em infraestrutura (Plano Nacional de Desenvolvimento); o aumento da remuneração e das vagas de emprego no setor estatal, sobretudo do poder judiciário e educacional; além da criação de empresas públicas para fomentar a economia nacional. As políticas distributivas deste período, foram responsáveis por estimular o consumo doméstico e promover a defesa do mercado interno. Foram adotados neste período: o aumento real do salário mínimo; o aumento dos beneficiários da Previdência Social na forma de aposentadorias ou em detrimento de doenças ou deficiências; criação de políticas de transferência de renda por meio do seguro-desemprego e abono salarial para os empregados formais com rendimento abaixo de dois salários mínimos; o aumento das linhas de crédito a população de baixa renda, seja em forma de empréstimos consignados ou em financiamento habitacional.

O que é notável com o advento destas políticas foi a redução da pobreza no país, aumento da distribuição de renda, além do aumento do emprego assalariado formal, segundo o autor:

O compromisso político em torno da retomada do emprego nacional, aliado aos esforços de melhor repartição da renda nacional, especialmente para os segmentos populacionais mais vulneráveis, constituíram as principais referências de enfrentamento da condição de pobreza e da desigualdade de renda. (POCHMANN, 2010, p.49).

A crise de 2008, vem como um enfraquecimento das ideias do Consenso de Washington (fundamentos neoliberais) por grande parte das economias mundiais, fato este que foi fundamental para evitar que a crise fosse ainda mais severa e profunda. No caso brasileiro, as políticas adotadas foram totalmente controversas às imaginadas até então em um contexto de crise econômica mundial. Ocorreu no Brasil a redução da taxa de juros e da carga tributária, o aumento do salário mínimo, o aumento dos gastos com programas como o Bolsa Família de redistribuição de renda para a classe mais pobre, além do aumento dos gastos do governo com investimento nos setores públicos e privado e sustentação do crédito, algo que sempre fora feito da forma inversa nas crises passadas. O autor ainda conclui: “Tudo isso ajudou o país a ingressar mais tarde e sair mais cedo da crise internacional, continuando, inclusive, a observar a redução da taxa de pobreza e da desigualdade na renda do trabalho.” (POCHMANN, 2010, p.59-60).

Com a crise mundial de 2008, as políticas fiscais e monetárias adotadas pelo governo, assim como as medidas cambiais adotadas pelo Banco Central liberando grande parte das suas reservas de dólar para segurar a desvalorização do Real, embora fossem políticas muito eficientes no combate da crise econômica mundial, a manutenção das mesmas por um período tardio pós-retomada da estabilidade econômica fez destas as ações mais prejudiciais da nossa economia atual. (ROCHA, 2013, p.20-29).

O que vemos hoje são cortes drásticos nos gastos do governo, aumento da carga tributária com a finalidade de diminuir o déficit dos gastos públicos, retração do investimento e do crédito privado, além de um aumento das taxas de inflação e desemprego.

Todo este cenário está por trás das mudanças drásticas do trajeto dos principais agentes econômicos do país: de um lado temos a demanda local, que apresenta forte pressão vinda das altas taxas de juros e incerteza econômica e financeira; os empresários frente ao cenário de baixo crescimento, retraindo o investimento com forte tendência a redução de gastos, principalmente gastos com mão de obra devido ao custo elevado que a mesmo impõe.

O que podemos notar é que o Brasil deu um grande passo em menos de 100 anos de sua história, passando por uma fase de industrialização ligada a substituição das importações, de políticas imperialista e forte dependência externa, para uma fase de reestruturação, de controle de gastos e combate à inflação, além de esforços para a diminuição da dívida externa e enfraquecimento do poder do estado, com forte presença das privatizações e diminuição das políticas sociais, assim como uma crescente perda de importância do setor industrial frente a diminuição da sua participação no Produto Interno Bruto dada a abertura comercial. Passando para o último decênio (2001 – 2010) com novas conquistas no setor social, de aumento da

presença do governo principalmente em políticas de redistribuição de renda, aumento do emprego assalariado formal, aumento do mercado consumidor interno, além de uma reorganização das relações internacionais buscando novas alianças com economias emergentes como a China, Coréia do Sul e Índia. Mesmo ocorrendo o descontrole dos gastos públicos e o aumento inflacionário dos anos mais recentes, as melhorias das condições sociais e econômicas no país são inegáveis.

Em relação ao mercado de trabalho assalariado, é perceptível que o mesmo responde positivamente quando ocorrem mudanças ligadas ao aumento da demanda, melhor distribuição de renda, maiores rendimentos nas famílias, além dos ganhos devido a maior participação do estado na promoção do trabalho. Os indivíduos passam a encontrar com mais facilidade, postos de trabalhos formais quando a economia se encontra aquecida e em desenvolvimento, pois as empresas demandam mais funcionários formalizados frente ao cenário mais favorável da economia. Enquanto que em períodos de recaída da economia, os níveis de formalidade tendem a ser menores, devido principalmente os altos custos que estes remetem ao empresariado.

Este breve apanhado histórico, melhora a compreensão de como as políticas públicas são necessárias em países emergentes como o Brasil, para que estes não sejam devorados no processo capitalista mundial. Em todas as fases apresentadas acima, notamos que a partir de idealismos internos nacionais foi possível elevar a condição do país para uma economia emergente que merece toda a atenção internacional, devendo lutar para conquistar seu espaço internacional e também continuar investindo no bem-estar de sua população.

Diferentemente do que o cenário inicial do processo capitalista estava nos induzindo, mostrando que o desenvolvimento nacional só seria possível através de uma forte dependência dos países de economia hegemônicas, como Inglaterra e Estados Unidos, um novo cenário se mostra muito favorável, onde novas alianças com outros países emergentes, trazem benefícios para a economia local, com muito mais liberdade de negociação que as antigas relações internacionais, onde as negociações pareciam beneficiar muito mais um grupo de elite nacional e internacional do que o desenvolvimento do país.

3 OS EFEITOS DAS PRESSÕES *INFRATRABALHO* E *SUPRATRABALHO* NA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Analizando o período mais atual de nossa economia, vamos nos beneficiar das ideias apresentadas pelo economista Marcio Pochmann (2009), referentes as pressões sociais e econômicas que estão alterando o cenário do emprego no país.

Em seu estudo é abordado o aumento da taxa de desemprego levando em consideração duas vertentes que são responsáveis pela intensificação do desemprego no país, são as chamadas pressões *supratrabalho* e *infratrabalho*. A primeira designa-se pelos fatores que pressionam o aumento da oferta de mão de obra no país, enquanto a outra, é caracterizada pela retração da demanda de mão de obra por parte dos empregadores. (POCHMANN, 2009, p.183-198).

No ponto de vista das pressões *supratrabalho*, entende-se como as pressões causadas pelo aumento da oferta de mão de obra no país, são elas: a pressão demográfica da população sobre a taxa da População Economicamente Ativa (PEA), responsável por alterar a composição demográfica brasileira elevando o percentual de pessoas dentro das faixas aptas ao trabalho; a pressão pela piora na distribuição funcional da renda, alterando o núcleo familiar em detrimento da piora na composição da renda da família, fazendo com que seus participantes, que antes não estavam inclusos no mercado de trabalho, passem a buscar oportunidades de emprego para aumentar a composição de renda familiar. Incluem-se nestes casos o aumento da procura de trabalho por parte dos jovens com idade inferior aos 16 anos, o retorno dos aposentados e pensionistas ao mercado de trabalho em busca de incremento na sua renda, assim como a aumento de trabalhadores que ocupam mais de um posto de trabalho; e por fim levando ainda em consideração as pressões *supratrabalho*, temos o aumento considerável da taxa de participação da população feminina em relação ao total da população economicamente ativa. (POCHMANN, 2009, p.183-198).

Em relação as pressões *infratrabalho*, que correspondem na diminuição da oferta de postos de trabalho na economia, Pochmann (2009) destaca principalmente os fatores de baixo dinamismo econômico, a intensificação da economia globalizada no país e as mudanças do papel do Estado na economia. A piora no crescimento econômico impede que novas vagas de emprego, necessárias para absorver a força de trabalho entrante na economia, sejam abertas; outra pressão diz respeito a abertura comercial, financeira e tecnológica que foi intensificada com o processo de globalização. Novas tecnologias e estruturação do setor produtivo acarretam na diminuição da necessidade de força de trabalho, como é o caso da utilização de terceirização

pelas empresas, programas de autocontrole produtivo com aumento significativo da produtividade dos empregados impulsionados por metas, campanhas de vendas e pagamento variável; assim como as mudanças no papel do Estado, reduzindo consideravelmente os postos de trabalhos estatais desde 1990.

3.1 A Globalização

Um novo cenário para as relações de trabalho começa a se desenvolver em meados de 1970 no mundo. Este novo paradigma técnico-produtivo foi viabilizado a partir da maior abertura econômica, avanço tecnológico considerável e universalização das informações e atividades produtivas. (POCHMANN, 2001).

Um fato notável neste período é a reformulação da atividade empresarial com aumento da busca por padrões de concorrência avançados. As empresas passam a operar cada vez mais em redes, com foco na diferenciação dos produtos, grande importância na qualidade, assim como uma busca incansável por níveis cada vez maiores de produtividade. Estes fatores seriam capazes de reduzir os custos e aumentar consideravelmente a produção sem maiores incrementos de mão de obra no processo. Na realidade, o que vai se configurar é a diminuição de alguns segmentos de trabalho e o aumento de outros voltados a nova estrutura produtiva. (POCHMANN, 2001).

No âmbito industrial, a transição do modelo taylorista-fordista para uma organização da produção e gestão do trabalho muito mais dinâmico e eficaz, passa a configurar o novo cenário produtivo. Podemos notar o aumento da utilização da robótica, das nanotecnologias e utilização muito mais consciente dos recursos produtivos, como a diminuição dos estoques dentro das indústrias (*just in time*), desverticalização da produção, ampliação do uso de terceirização tanto de partes do processo produtivo, como também de atividades indiretamente ligadas ao processo de produção, como manutenção, serviços de limpeza, segurança e transportes. (POCHMANN, 2001).

Em relação aos trabalhadores desta nova fase econômica, se faz necessário a exigência de um nível educacional maior, com atuação em diversas tarefas distintas, como em tarefas de gestão de produção e organização do trabalho. Com a criação de metas e participação em parte dos resultados alcançados pela empresa, autogerenciamento de suas atividades, menores níveis hierárquicos e conseqüentemente uma maior participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão, o cotidiano destes indivíduos tornou-se muito menos monótonos e repetitivos. Se faz

necessário ao trabalhador a exigência de muito mais conhecimento em múltiplas disciplinas e recorrentes reciclagens de seus aprendizados. (POCHMANN, 2001).

Pochmann (2001, p.50) ainda afirma sobre as relações de trabalho que este novo contexto seria responsável por um fenômeno de desemprego essencialmente voluntário e individual, causado pela falta de previsão e déficit de qualificação dos trabalhadores. Até mesmo para os neoliberais mais ortodoxos neste período, a colocação de que o Estado teria a função de garantir o acesso à educação necessária para que a mão de obra estivesse apta a este novo cenário econômico, foi extremamente aceitável.

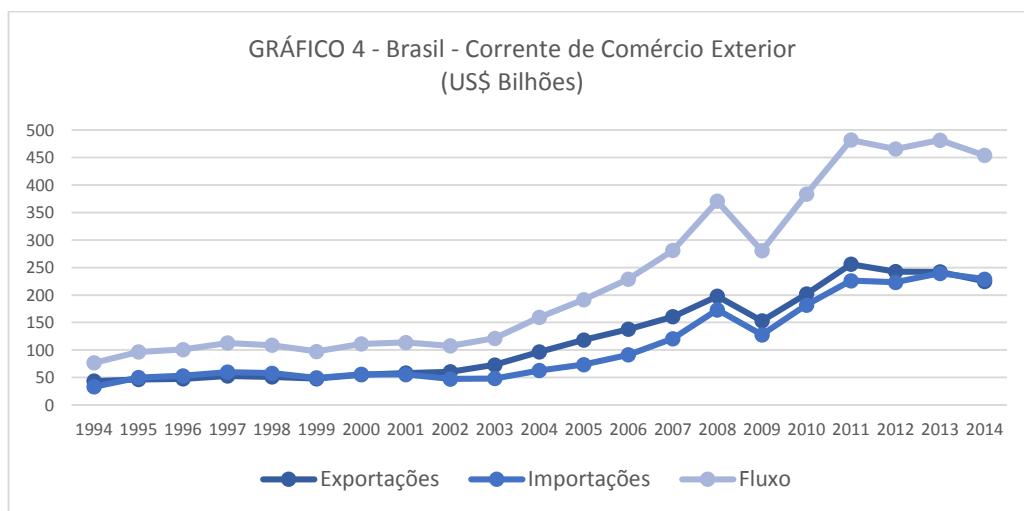
É a partir da abertura da economia em 1990 que o Brasil passa efetivamente a sentir os efeitos da globalização. Mas dada a crise econômica que o país passou na década de 1990 a 2000, com as políticas recessivas de controle inflacionário e alta redução dos gastos governamentais, o que vai se configurar no Brasil são 2 momentos bem distintos de análise.

Vamos utilizar a partir de agora um levantamento estatístico de Gomes e Cruz (2015) publicado pelo Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, para apresentar alguns dados dos últimos 20 anos que retratam a mudança econômica que o Brasil apresentou principalmente voltado a influência da globalização em nossa economia.

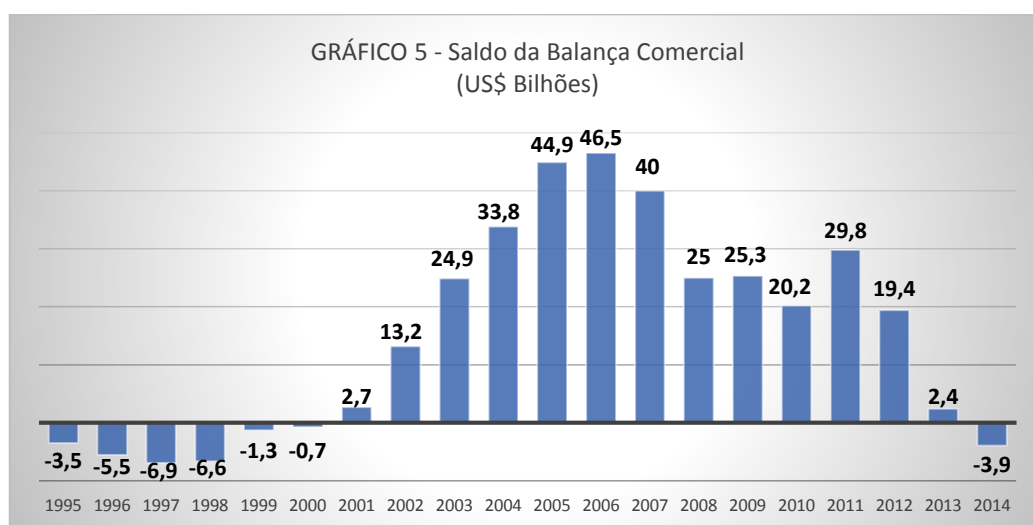
Em primeiro lugar, precisamos destacar as relações internacionais que foram intensificadas com a abertura comercial em meados de 1990. Conforme os dois gráficos abaixo, podemos notar que há um aumento tanto no volume de importações quanto exportações em uma magnitude de mais de 4 vezes o volume apresentado em 1994 se compararmos à 2014.

Também podemos destacar dois cenários econômicos distintos nesses 20 anos. O primeiro que vai dos anos de 1994 a 2001, onde a balança comercial brasileira estava em déficit. E o segundo, de 2001 a 2013, com saldo positivo na balança comercial. Estes dois cenários foram abordados por Pochmann (2010), o primeiro quando ele retrata o período de recém abertura econômica, onde as empresas brasileiras ficaram profundamente desestruturadas dado ao seu atraso tecnológico e a concorrência frente aos produtos importados. Não foi surpresa que os níveis de importações superassem os níveis de exportações durante estes primeiros anos de contato mais aberto do Brasil com o resto do mundo, sobretudo porque, tanto o setor agrícola quanto o industrial estavam tecnologicamente defasados e o país apresentava uma brutal recessão econômica. E o segundo momento que vamos abordar, que vai de 2001 a 2013, é quando o Brasil passa a retomar algumas políticas intervencionistas voltadas ao crescimento econômico e distribuição de renda, além da busca por novos parceiros internacionais também

de economias emergentes. Esta mudança no cenário nacional foi uma das peças chaves para melhoria de nossas relações comerciais com o restante do mundo.



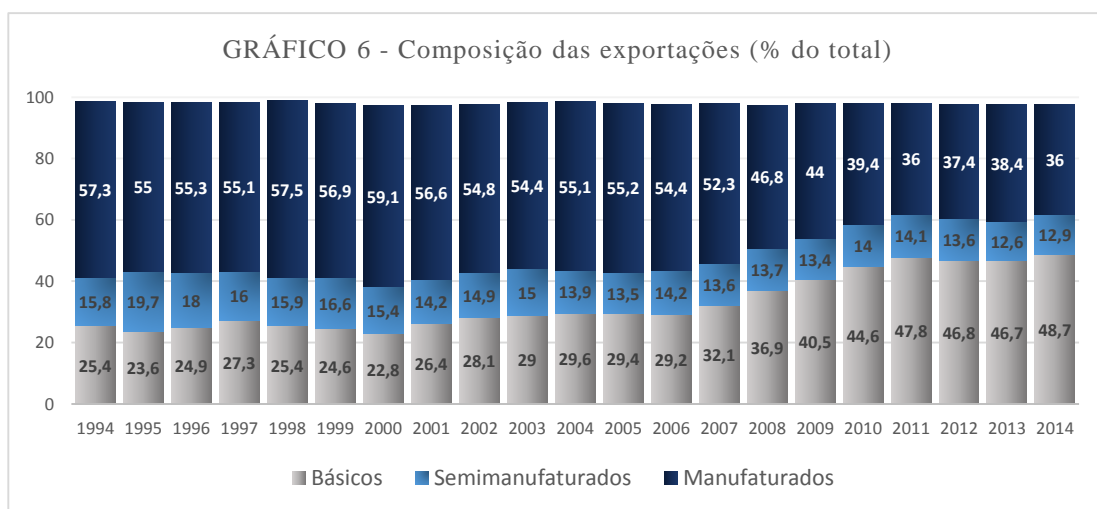
FONTE: Adaptada de GOMES; CRUZ (2015)



FONTE: Adaptada de GOMES; CRUZ (2015)

Em relação ao setor industrial, podemos notar nos gráficos abaixo, um enfraquecimento da sua importância nas relações internacionais mais recentes. As exportações de produtos básicos vêm apresentando um crescimento na participação da cesta de exportações de 25% em 1994 para quase 49% em 2014. Enquanto isso, os produtos manufaturados estão perdendo

espaço internacional reduzindo no passar destes 20 anos de 57% do total de exportações do país para 36% no ano de 2014.



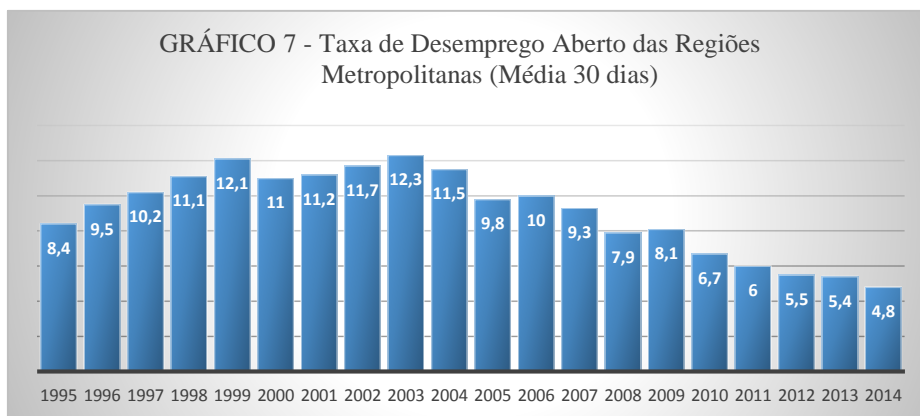
FONTE: Adaptada de GOMES; CRUZ (2015)

Esta redistribuição da cesta de exportações está relacionada cada vez mais ao avanço tecnológico do setor agrícola nos últimos 10 anos, aumentando consideravelmente sua produtividade e com isso os volumes de exportações gerados. Outro indicador importante a ser considerado de maneira complementar, é a desvalorização cambial, que acaba atraindo os produtores agrícolas brasileiros ao comércio internacional frente aos ganhos devido ao dólar mais valorizado, passando de uma taxa de R\$1,00/USD1,00 em 1995 para R\$2,60/USD1,00 em média em 2014. (GOMES; CRUZ, 2015).

Não podemos sobretudo, relacionar o fato da queda das exportações de produtos industriais apenas fundamentada no fator do aumento do setor agrícola no país, pois estaríamos sendo muito superficiais neste ponto. O que precisamos deixar destacado neste momento é que um dos conceitos mais difundidos nas economias neoliberais da década de 80 e 90, assim como abordado nas teorias sobre a globalização, está no fato de que com a abertura comercial, o caminho das economias mundiais seria convergir para a produção de itens onde o país obtenha vantagens comparativas em relação aos demais, caminhando para a eficiência. Neste caso, os itens de produção não eficientes no país, deveriam ser buscados no mercado mundial. Esses movimentos seriam responsáveis pelo ajustamento das economias mundiais integralizadas.

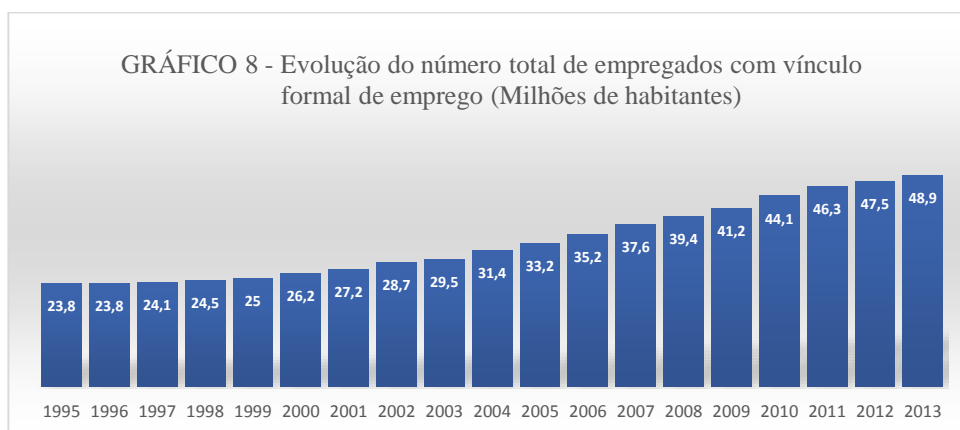
Evidentemente, nos períodos de 1994 a 2001 quando o Brasil era governado por doutrinas neoliberais, o que vemos é o afrouxamento das políticas de proteção da produção interna, o que também explicaria a redução dos níveis de exportação de produtos industriais nesta fase por não conseguirem competir com o produto internacional.

Em relação ao emprego, o que podemos notar é que o Brasil vem se desenvolvendo e superando as expectativas que foram geradas internacionalmente em relação ao nível de emprego gerado e taxa de desemprego. Porém não estamos imunes aos efeitos da globalização. Conforme os gráficos abaixo, apresentamos uma trajetória de redução do desemprego aberto nacional, mesmo após um período de níveis mais elevados de desemprego entre os anos de 1997 a 2003.



FONTE: Adaptada de GOMES; CRUZ (2015)

Um ponto bastante intrigante, que vai na contramão das expectativas das relações de trabalho após a globalização e que ainda não está sendo identificado no país, é a redução dos trabalhos formais com carteira assinada. Esta forma de relação de trabalho, está relacionada a altos custos para as empresas com encargos e tributos, levando as empresas a buscarem formas mais baratas de mão de obra para otimização de sua produção. Conforme os dados abaixo, o Brasil continua uma trajetória ascendente em relação ao número de empregos formais e postos de trabalho formais abertos. Este fato pode estar relacionado às diretrizes governamentais do início da década de 20, com a candidatura do presidente Lula juntamente com o Partido dos Trabalhadores no país.

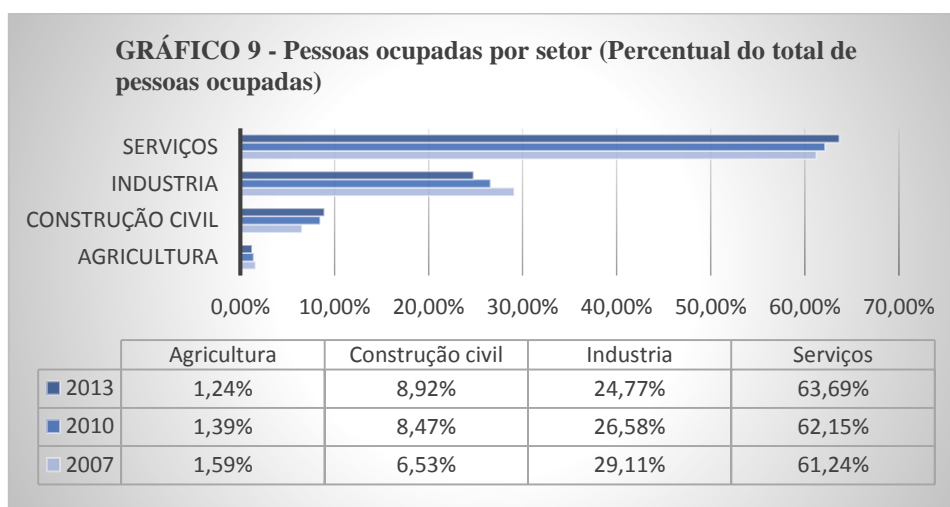


FONTE: Adaptada de GOMES; CRUZ (2015)

Outro fato importante, está na reconfiguração do emprego e do ensino no país. Enquanto temos um enfraquecimento do setor industrial e um remodelamento tecnológico em toda a economia, o que podemos presenciar é a redução dos empregos neste setor e também em setores onde as tecnologias foram fortemente difundidas, como a agricultura. Mas se estes setores estão reduzindo a mão de obra, como o país não está apresentando um aumento da taxa de desemprego da economia? O que estamos presenciando nos últimos anos, é o aumento dos níveis de empregos em setores como Serviços e Construção Civil, porém com especificidades distintas em ambos.

O setor de serviços, como abordado por Pochmann (2001), seria o setor que mais rapidamente se desenvolveria com o aumento da globalização, isso porque, áreas como educação, gestão, desenvolvimento tecnológico, informática, gerenciamento de informações seriam essenciais para a continuidade das empresas e dos negócios. No gráfico abaixo embora não tenhamos informações de anos mais anteriores, já é possível notar o cenário que o autor aborda, mostrando que o setor de serviços vem crescendo sua participação no emprego nacional enquanto os setores de agricultura e indústria, vem perdendo espaço constantemente.

Abordamos também no gráfico abaixo, o crescimento do setor de Construção Civil, que no país vem apresentando taxas crescentes na geração de emprego formal. Mas o que pode ser a causa desta melhoria, talvez não seja efeito direto da globalização, mas sim, de políticas governamentais voltadas a maior distribuição de renda, maiores linhas de crédito e programas de incentivo a compra do imóvel próprio como o Minha Casa - Minha Vida lançado no governo Lula, além do mercado interno fortemente aquecido com a melhoria dos salários nos últimos anos.



FONTE: A autora (2015), elaborado a partir de dados do IBGE (2015)

Uma grande preocupação está na qualidade destes empregos no setor de serviços, pois se os mesmos estiverem relacionados a áreas de tecnologia, ciências ou de estratégia, a economia estaria caminhando rumo a modernização. Contudo, se estas vagas estiverem relacionadas a serviços de baixo nível de modernização, os problemas estruturais como baixos salários, má distribuição de renda e formas de trabalho cada vez mais precárias seriam inevitáveis. Segundo Pochmann (2009, p.190) no Brasil 70% das vagas criadas estão concentradas em atividades de pouca modernização técnica e produtiva, dado extremamente preocupante para a economia brasileira.

3.2 O crescimento econômico e demográfico

Outros dois fatores ligados as pressões *infratrabalho* e *supratrabalho* serão abordados de maneira conjunta, pois tratam-se de pressões de deveriam neutralizar-se uma vez que a economia estivesse operando de maneira saudável. São as pressões do baixo dinamismo econômico e o aumento da população e sua composição.

O que se configura no Brasil desde 1960, é a diminuição da taxa de variação da população total, além de uma expansão da PEA a partir dos anos de 1970 que acarretaram uma pressão ainda maior demograficamente (POCHMANN, 2009, p.185). Em termos gerais, o que podemos destacar é que a população brasileira vem ficando mais velha, e conseqüentemente mais pessoas estão nas faixas etárias propensas à busca por emprego. Para atender essa demanda entrante, é fundamental que o crescimento econômico seja satisfatório mantendo assim os níveis de emprego no país.

Analisando comparativamente a taxa de desemprego anual brasileira com a variação do crescimento do PIB a preços correntes (conforme o gráfico abaixo), podemos notar uma tendência de retraimento da taxa de desemprego nos períodos onde o Produto Interno Bruto é mais elevado.



FONTE: Adaptada de GOMES; CRUZ (2015)

O Brasil precisa manter níveis de crescimento econômico favoráveis, para que sejam criados postos de trabalho suficientes, possível de absorver toda a força de trabalho entrante na economia. No cenário de 2009, seria necessária a abertura de 2.500.000 postos de trabalhos anuais para absorver toda a população de jovens entrantes no mercado de trabalho. Para isso, segundo a elasticidade produto-emprego do país, a taxa de crescimento do PIB deveria estar acima dos 5% ao ano. (POCHMANN, 2009, p. 190).

3.3 Aspectos da família brasileira e o papel econômico da mulher na Sociedade

Alguns pontos da análise de pressões sobre o emprego no Brasil feitas por Pochmann (2009), dizem respeito a mudanças sociais e econômicas que afetam principalmente no âmbito da família. Quando temos uma piora na distribuição de renda ou uma compressão do rendimento do trabalho, mais pessoas do grupo familiar vão ao mercado de trabalho com a finalidade de incrementar a renda das famílias. Incluem-se neste caso os menores de idade, os aposentados e pensionistas, os indivíduos com mais de um emprego e as mulheres.

No cenário atual brasileiro podemos constatar que aproximadamente 7,5 milhões de vagas no mercado de trabalho são ocupadas por aposentados e pensionistas (PNAD, 2014). Outras 3,3 milhões de vagas estão sendo ocupadas por menores de 17 anos de idade. Ainda é expressivo o número de crianças dentro do mercado de trabalho no Brasil, embora, a questão do trabalho infantil tenha tomado outros rumos nas últimas décadas, com a criação de políticas

públicas voltadas a redução do trabalho infantil e o incentivo a escolarização, podendo citar de imediato uns dos mais conhecidos, o Bolsa Família.

Outro ponto destacado pelo Pochmann (2009), é o fato das pessoas com mais de um emprego. Em 2014, o número de pessoas empregadas em 2 ou mais atividades era em torno de 3,3 milhões no Brasil (PNAD, 2014). Este cenário pode ter sido favorecido após algumas mudanças nas relações de trabalho e nos contratos de trabalhos. Com a criação de contratos de trabalho de meio período, jornadas reduzidas e escalas alternadas, possibilitando que muitos trabalhadores conseguissem manter mais de uma relação de trabalho assalariado.

Se agregarmos estes valores, notamos que pelo menos 14,1 milhões de vagas de emprego no Brasil atualmente, são ocupadas por pessoas que não deveriam estar no mercado de trabalho ou ocupam mais de uma posição no mesmo. Se considerarmos que o país se encontra hoje com aproximadamente 7 milhões de desempregados a procura de emprego (IBGE, 2015), parte destas vagas ocupadas devido a diminuição do rendimento das famílias poderiam ser absorvidas por parte desta população desempregada caso os rendimentos do trabalho e da aposentadoria fossem mais satisfatórios. Não podemos certamente afirmar, que apenas a redução dessa pressão sobre o trabalho responderia tão eficazmente a redução do desemprego do país, uma vez que não estamos abordando nem a qualidade, nem as especificidades das vagas ocupadas pelos menores, aposentados e empregados com múltiplas jornadas.

A segunda parte desta sessão aborda o papel da mulher no mercado de trabalho e a importância desta relação para a economia atual.

A entrada da mulher no mercado vem se acentuando desde os anos de 1930, porém é após a intensificação da globalização que o papel da mulher na sociedade muda completamente e sua entrada no mercado de trabalho é intensificada expressivamente. Segundo Hirata (2003, p.18), a globalização teve consequências complexas e desiguais em relação ao emprego feminino e masculino. Enquanto o emprego masculino estava sobre vias de estagnação, dado a liberação de comércio e intensificação da concorrência internacional, o emprego feminino foi intensificado tanto formalmente como informalmente. Podemos atribuir a este fato o aumento considerável das atividades do setor de serviços.

De maneira complementar a relação feita acima, podemos destacar as mudanças que ocorreram no âmbito das relações de trabalho. A partir de 1990, se intensifica o emprego em tempo parcial, em sua maioria, ocupados por mulheres. Porém, estes eram trabalhos

frequentemente estáveis, mal remunerados, não valorizados e com poucas possibilidades de crescimento de carreira. (HIRATA, 2003, p.19).

É possível dividir a ascensão feminina ao mercado de trabalho em duas vertentes distintas, as mulheres que assumiram empregos em setores de baixa escolarização, de baixos salários e condições vulneráveis de trabalho, que cresce consideravelmente devido as jornadas parciais e as flexibilizações dos contratos de trabalho. E também uma vertente de mulheres com alto nível de educação, ligadas a áreas de engenharia, tecnologia, gerência, medicina, direito e etc., com altos salários e qualificação. (HIRATA, 2003, p.20).

A primeira vertente está relacionada ao crescimento do emprego nas áreas de serviços, principalmente nos empregos domésticos. Este crescimento pode estar relacionado, conforme a autora argumenta com a crise econômica e a recessão. (HIRATA, 2003, p.20).

Mas de uma forma complementar, gostaria de argumentar algumas outras características que julgo importantes para essa perspectiva de análise. Em termos sociais, temos a partir do século XXI, um aumento considerável das famílias monoparentais, um fator que julgo de extrema importância nesta análise. Uma vez que ocorre a mudança do papel da mulher de simples provedora do lar e responsável pela criação dos filhos, para a representante da família responsável pela obtenção dos recursos financeiros, é indispensável o deslocamento da mesma para o mercado de trabalho. Desta maneira, muitas mulheres acabaram entrando no mercado de trabalho com pouca qualificação e experiência, e a elas são destinados os trabalhos mais subvalorizados e desqualificados.

A segunda vertente, que leva em consideração as mulheres em altos cargos de trabalho, pode estar relacionado muito mais a luta de independência financeira e igualdade de gêneros, que são presenciadas desde a década de 1970 no mundo inteiro. As mulheres passam a buscar maiores níveis de educação, maior acesso as universidades, assim como tendem a abdicar de seu papel social de reprodutora e zeladora do lar para competir de igual para igual no mercado de trabalho em relação aos cargos de alta importância econômica e social. Este fator seria em grande medida, responsável pela diminuição do número de filhos, assim como, responsável pela mudança estrutural das famílias, aprofundando dos casos de famílias monoparentais, famílias sem filhos e mulheres que não constituem família. (APARICIO, I. et al., 2009).

É importante destacar a relevância que a mulher tem hoje para a economia. Segundo dados do IBGE, em 2014, as mulheres eram 51,9% da população com idade superior aos 10

anos e 44% da PEA no Brasil. Fato este de aumento da participação feminina na população ativa economicamente, que veio se configurando de maneira crescente nos últimos anos.

Assim como não podemos deixar de destacar, o comparativo dos níveis de escolaridade média entre os gêneros em 2014 (IBGE, 2015). No quadro abaixo podemos notar, principalmente nos níveis de ensino com mais de 8 anos de escolaridade, uma discrepância muita alta entre o total de mulheres e homens com níveis elevados de escolaridade. Não podemos justificar ao certo qual a natureza desta diferenciação, porém um ponto que podemos tomar como partida, é a habilidade feminina de desempenhar múltiplas tarefas, assim possibilitando a ela, continuar estudando mesmo já estando inserida no mercado de trabalho ou após ter constituído família.

TABELA 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio – 2014

Anos de Estudo	Mulheres (mil pessoas)	Homens (mil pessoas)
1 a 4 anos de estudo	17.498	17.896
5 a 8 anos de estudo	21.829	22.419
8 a 12 anos de estudo	39.028	35.272
12 a 14 anos de estudo	6.062	4.592
15 anos ou mais de estudo	9.704	6.925
Sem instrução	7.873	7.636

FONTE: A autora (2015), elaborado a partir de dados do PNAD (2014)

Muito já foi conquistado no âmbito político das relações de trabalho das mulheres, como podemos destacar a licença maternidade, a estabilidade no período gestacional, assim como a dispensa do trabalho para assistência aos dependentes doentes, etc. Porém muitas outras necessidades precisam ser analisadas e acompanhadas com o presente indício de intensificação da participação feminina no mercado de trabalho aberto, assim como no mercado de trabalho de níveis salariais mais elevados, que exigem muito mais horas de comprometimento de seus empregados. Não posso deixar de citar a preocupação de Pochmann (2009), com o aumento da oferta de creches para atender sobretudo as famílias monoparentais com filhos menores de 7 anos de idade.

3.4 O papel do Estado na Economia

No período neoliberal de nossa história, foi possível notar mudanças substanciais nas relações do Estado com a economia. Entre elas, destacamos o afrouxamento das políticas de proteção do mercado interno e a privatização de diversas empresas estatais. Segundo Pochmann (2009, p.190-191), foram cerca de 550 mil postos de trabalhos estatais destruídos com as privatizações. O que segundo o autor, divergia do que estava ocorrendo nos países desenvolvidos, que mantinham uma taxa de 16% do total de ocupações da economia em postos de trabalho estatais, enquanto o Brasil caminhava para taxas abaixo dos 10%.

No período mais recente, onde as políticas públicas e a presença do Estado estão voltadas para a melhoria do desenvolvimento econômico e social, a necessidade de mais pessoas trabalhando para a máquina pública se fez necessária para viabilizar as diversas políticas sociais no país. O que podemos notar no gráfico abaixo, é o aumento gradativo dos cargos públicos dos anos 2000 a 2009, passando de aproximadamente 7 milhões em 2.000 para mais de 10 milhões em 2009. (DIEESE, 2012).

TABELA 3 - Evolução dos empregos públicos por natureza jurídica Brasil - 2000 a 2009 (mil)

Natureza Jurídica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Setor Público Federal	862	826	805	728	765	783	831	932	903	930
Setor Público Estadual	2.737	2.689	2.902	2.946	3.007	3.078	3.152	3.267	3.337	3.378
Setor Público Municipal	2.626	3.005	3.290	3.548	3.568	3.958	4.218	4.476	4.498	4.914
Entidades empresariais estatais	636	640	759	738	755	748	763	777	791	792
Total	6.862	7.160	7.757	7.960	8.096	8.568	8.965	9.452	9.529	10.014

FONTE: Adaptada de DIEESE (2012)

Segundo Pochmann (2009), os cargos públicos que mais cresceram neste período estão ligados a educação. Analisando a tabela, é perceptível que os níveis de emprego ligados ao setor estatal e municipal foram os que obtiveram o maior crescimento no número de vagas, algo que pode estar relacionado ao aumento da contratação de professores e funcionários para as escolas estaduais e municipais do país.

É imprescindível para um país como o Brasil, que o Estado permaneça presente em pontos estratégicos da economia, como nas áreas de educação, na melhoria da distribuição de renda, no aquecimento de setores com alto nível tecnológico, na presença internacional em

busca de relações comerciais mais benéficas e rentáveis à economia, assim como atuante nas políticas públicas de melhoria da relação de trabalho no país.

Não podemos deixar de destacar, que as leis e normas que alicerçam as relações de trabalho no Brasil, pouco foram alteradas desde o surgimento das primeiras regulações em 1934 e depois em 1988. Contudo, notamos que o universo das relações de trabalho no país mudou substancialmente nos últimos tempos. É necessária uma maior importância por parte dos governos em garantir que as leis voltadas ao mercado de trabalho, não se tornem ultrapassadas e conseqüentemente prejudiciais a economia e aos trabalhadores e empregadores nacionais. (POCHMANN, 2009, p. 191-197).

É necessário que as novas formas de trabalho, como autônomas, não remuneradas ou de caráter que fogem ao habitual trabalho assalariado com carteira assinada, também precisam ser incorporados legalmente nas legislações sociais e trabalhistas, com a criação de leis mais específicas para estas funções, tornando assim, muito mais modernas e democráticas as relações de trabalho nacional. (POCHMANN, 2009, p. 191-197).

4 CONCLUSÃO

Compreender a trajetória do crescimento econômico e as mudanças sociais ocorridas no Brasil acompanhado dos índices sociais e econômicos, constituem requisitos para obter uma boa análise do cenário de um país. Este exercício de aprofundar as buscas sobre possíveis mudanças nas relações sociais e econômicas são fundamentais quando identificamos possíveis pressões sobre o emprego, além de auxiliar na compreensão dos efeitos destas mudanças sobre o desenvolvimento do país.

O Brasil teve um longo período de trabalho forçado e escravidão que se iniciou durante sua colonização e permaneceu por quase 400 anos de sua história. A maioria da população que aqui vivia era desprovida de direitos, não tinham remuneração e obtinham apenas o estritamente necessário para sobreviver. Em termos econômicos esta foi a principal forma de viabilizar a ocupação territorial brasileira e sua principal atividade econômica: a agricultura. O que foi destacado, é que este cenário de escravidão prolongada e falta de interesse no desenvolvimento econômico do país, trouxe anos de atraso para o Brasil no cenário mundial, além de diversos problemas estruturais, como os baixos níveis educacionais, a pobreza, a dependência externa em muitos momentos de nossa história, a concentração de renda, o atraso tecnológico, entre tantos outros fatores que perduram até os dias atuais e despendem um investimento alto do Estado na tentativa de solucioná-los.

A criação das leis trabalhista, do trabalho formal com carteira assinada, a criação de vários benefícios aos assalariados como salário fixo, décimo terceiro, férias remuneradas, jornada de trabalho regular, descanso semanal, seguro desemprego, previdência, licença remunerada entre tantos outros benefícios que foram incorporados à CLT e do aumento do trabalho nos setores industriais, foram essenciais para que houvesse uma melhoria nas condições de vida da população, melhoria na distribuição de renda no país, assim como maior acesso à educação, saúde e moradia.

Na atualidade, é possível identificar no Brasil algumas das pressões apresentadas por Pochmann, bem como sinalizar alguns efeitos das mesmas. Em relação à oferta de mão de obra, demograficamente o país já vem apresentando taxas de crescimento populacional decrescente embora nossa população total ainda continue crescendo. Isso faz com que a população brasileira envelheça e conseqüentemente mais pessoas permaneçam dentro das faixas etárias economicamente ativas, aumentando a quantidade de jovens entrantes no mercado de trabalho, sem que ocorra a saída da população mais idosa numa mesma proporção.

Se adicionarmos a este fato a deterioração do poder de compra das famílias e os baixos níveis de renda, o que presenciamos é a entrada de mais integrantes da família no mercado de trabalho, ou a permanência dos aposentados no mercado de trabalho e até mesmo a procura por mais de uma forma de rendimento para complementar sua renda.

Outra pressão sobre a oferta, diz respeito a maior participação feminina no mercado de trabalho. Uma vez que esta pressão também está relacionada à composição da renda das famílias, que remeteriam a mulher ao mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Este fato foi relacionado como o principal motivo histórico para ter despertado o interesse das mulheres no mercado de trabalho, porém estes não é o único impulsionador desta mudança social. Outro fator muito relevante é a mudança social da ideologia da mulher, que busca a sua independência financeira e também a legitimidade dos mesmos direitos conquistados pelos homens. O que temos hoje é a configuração de uma concorrência entre homens e mulheres no mercado de trabalho na busca por melhores vagas de emprego e crescimento profissional.

Além destes elementos que pressionam a oferta de mão de obra, destacou-se alguns elementos que afetam a demanda de mão de obra, como o baixo crescimento econômico, as mudanças no âmbito empresarial após a globalização, que acarretou no aumento significativo da produtividade do trabalho, uso intensivo de tecnologias, e reconfigurações das formas de produção com a terceirização e mundialização das empresas. No âmbito da reformulação do papel do Estado na busca por uma melhor eficiência da máquina pública, ao manter sua intervenção em áreas estratégicas de desenvolvimento econômico, o que reduz consideravelmente o número de empresas estatais.

Para o Brasil, um duplo desafio se apresenta, pois é preciso corrigir problemas que vêm nos cercando durante todo o nosso processo de desenvolvimento e não deixar de tratar os novos elementos que estão pressionando nossa economia na atualidade. É preciso pensar no mercado de trabalho, corrigindo os déficits anteriores, com mais programas voltados à educação, no aumento da renda das famílias, na erradicação da pobreza e das relações de trabalho forçado, no mesmo instante que é preciso pensar em políticas que beneficiem a modernização das relações de trabalho, que atendam a demanda das empresas por pessoas altamente qualificadas, que busque inclusão para os jovens no mercado de trabalho e formulem um plano previdenciário mais robusto para que a população idosa possa deixar o mercado de trabalho em condições favoráveis para sua aposentadoria.

REFERÊNCIAS

APARÍCIO, I. et al. Desenvolvimento de Carreira: O Papel da Mulher nas Organizações. **Revista Cadernos de Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, 2009. p. 130-148.

BIAVASCHI, M. B. **O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942**: A construção do sujeito de direitos trabalhistas. 348f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000385083&fd=y>>. Acessado em: 25 nov. 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5.ed. São Paulo: Editora 34, 2003. p.41-77.

DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. São Paulo: DIEESE, 2012. p. 99-111. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>> . Acessado em 25 nov. 2015.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOMES, G.; CRUZ, C. A. S. da. **Vinte Anos de Economia Brasileira 1995 / 2014**. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI. 2015. Disponível em: <http://www.altosestudiosbrasilxxi.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=133&view=finish&cid=152&catid=7>. Acessado em 25 nov. 2015.

HIRATA, H. Por que os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In. **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003 p.15-31.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 13 nov. 2015.

MARIANI, E. J. A trajetória de implantação do Neoliberalismo. **Revista Urutágua**, Maringá, v.13, p. 1-7, 2007. Disponível em: < <http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>>. Acessado em: 26 nov. 2015.

MENDONÇA, S. E. A. Perspectivas do Mercado de Trabalho para os próximos anos. **Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, Brasília: IPEA. v.22, p. 3-6, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_22c.pdf>. Acessado em 26 nov. 2015.

MENEZES, J. M. F. Abolição no Brasil: A Construção da liberdade. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.36, p. 83-104, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e interpretações. IPEA, Rio de Janeiro, p. 1-31, 2000. Discussão. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf>. Acessado em: 26 nov. 2015.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍCILOS (PNAD). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2001 - 2014. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>>. Acessado em: 13 nov. 2015.

POCHMANN, M. **Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, M. Sentidos do Trabalho no Brasil: Hora de Interferir. In MARCOVITCH, J. **Crescimento Econômico e Distribuição de Renda**. São Paulo: EDUSP, 2009. p.183-198.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, Trabalho e Renda no Brasil**: Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. Brasil em debate. v.2. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/brasil_em_debate_vol_2_marcio_pochmann.pdf>. Acessado em: 25 nov. 2015.

REIS, T. **Trabalho escravo existe?**. Matéria publicada pelo site G1 em: 13 mai. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/>>. Acessado em: 25 nov. 2015.

REZENDE, C. **História Econômica Geral**. 9.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p.138-144.

ROCHA, G.; BRANDÃO, A. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000200005>>. Acessado em: 25 nov. 2015.

ROCHA, L.L.C. **Análise Econômica dos últimos 20 anos, com foco na gestão da presidenta Dilma Rousseff**. 30 f. Monografia (Graduação em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Leonardo_Leta_da_Costa_Rocha.pdf>. Acessado em 26 nov. 2015.

SOUZA, A. P. A. Os direitos sociais na Era Vargas: a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís/MA. 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Ana_Patr%C3%ADcia118.pdf>. Acessado em: 25 nov. 2015.